

CORREIO BRAZILIENSE

18 JUL 1995

EDITOR: Olimpio de Melo
TELEFONE: (061)321-2123 / ramais 134 e 145
FAX: (061)321-3864

Congresso Nacional

RUY FABIANO

PONTO DE VISTA

Síndrome do recesso

O governo teme a síndrome do recesso, isto é, os efeitos do contato de seus aliados parlamentares com seus eleitores sobre as reformas em curso. O Congresso, até aqui, foi cordato com o que quis o governo. Tudo o que o governo quis aprovou. Sem dificuldade.

Os adversários das reformas — as esquerdas — estão desarticulados e sem discurso. Daí a goleada. Mas o convívio prolongado dos parlamentares, as viagens ao interior, a exposição a pressões mais demoradas sempre impõem transformações.

O governo ainda está na fase das reformas em que os remédios a serem servidos são amargos. Juros baixos, liberalização do crédito, redução da carga tributária, reaquecimento econômico e coisas do gênero, que estão na ponta da língua de qualquer setor produtivo do país, não constam das intenções imediatas ou mesmo mediatas do governo.

A idéia é manter o rolo compressor das reformas em movimento, enxugando o Estado (o que se traduz também por demitir pessoal), contendo o crédito e impedindo o consumo. As grandes ações na área social começam a ser servidas apenas depois — e em conta-gotas.

Hoje, começa a marcha dos agricultores sobre Brasília. A idéia é dar-lhe dimensão épica, de modo a gerar efeitos objetivos dentro do governo — se não produzir redução de impostos, ao menos a saída do ministro da Agricultura, José Eduardo Vieira.

O governo se importa menos com o estardalhaço de marchas e passeatas do que com as pressões corpo a corpo sobre os parlamentares. As marchas são como fogo de palha: têm grande efeito plástico, impressionam, mas se extinguem com rapidez. Já a pressão continuada do eleitor sobre o eleito é de eficácia mais sólida e duradoura.

Ano que vem, há eleições municipais. Grande parte dos parlamentares — sobretudo deputados — disputará prefeituras importantes. Outra parcela estará diretamente engajada em função de dobradinhas para as eleições de 1998. Indiferente ninguém estará. Começa, pois, um período delicado para o governo no Congresso.

Terá de pilotar o jogo dos interesses regionais. É nesse contexto que pretende, não se sabe ainda como, viabilizar a reforma tributária. O presidente Fernando Henrique avisou que remeterá a proposta ao Congresso já em agosto. Não se sabe ainda que proposta é essa, já que, até há poucos dias, a área técnica do governo não havia chegado a um consenso em torno do assunto.

Reforma tributária traduz-se, politicamente, por redução de receitas para estados e municípios. A União quer reaver o que lhe tirou a Constituição de 1988. O recesso, que aproxima parlamentares de governadores e prefeitos, não deve facilitar esse objetivo.